

# “A” como América, Amazônia e abelhas\*

Barbara Szaniecki

*Designer e professora da Escola de Design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro do LADA/ESDI.*

---

\*Texto previamente publicado, em francês, na Revista Multitudes

Durante a apresentação deste dossiê à revista *Multitudes*, Barbara Glowczewski fez a seguinte pergunta: “Mas por que América Latina, por que continuar a usar este termo? “América Latina” é certamente um termo impregnado de um passado colonial e, de forma alguma, corresponde à diversidade deste vasto continente. Epicentro da Covid 19 neste momento, o continente apresenta há algum tempo sinais de múltiplos colapsos. O que aconteceu? Os planos de integração econômica o desintegraram, as práticas políticas o despolitizaram... tudo isso leva à necessidade de recomeçar tudo de novo. Reforma ou revolução?

Ousemos um redesenho. Bruno Latour traz a palavra *design* como um substituto para revolução e modernização no sentido que ela funcionaria como um antídoto para qualquer fundamento ou começo absoluto assim como para qualquer partida radical. O design é sempre um redesenho e é, neste sentido, que propomos redesenhar. Redesenhar a América Latina significa aqui abrir possibilidades ... em vez de concluir projetos. Abrir possibilidades implica revermos rapidamente a história da formação dos Estados-Nação e as consequências do recente ciclo de desenvolvimentismo nacional. Em seguida, implica apresentarmos algumas iniciativas biopolíticas nos emaranhados de uma biozona compartilhada por várias nações latino-americanas. E, por fim, nos leva a acompanhar as "abelhas sem ferrão"<sup>1</sup> desde a floresta até a cidade para, no fim do caminho, graças a suas polinizações e enxameamentos, perceber os contornos de uma ZAD – Zona A Defender – amazônica em plena formação.

### **América Latina, um continente a desenvolver ou redesenhar ?**

Não se trata de retomar aqui a história deste vasto continente, nem de realizar uma análise conjuntural dos governos dos últimos anos, e sim de identificar alguns pontos-chave na formação da América Latina em sua relação com o mundo e, especialmente, com a Europa, para poder, de outra perspectiva, imaginar outras relações. Entre os pontos-chave dessa proposta, encontra-se o Estado, as diferentes formas que ele assume – Estado-Nação, identidade e desenvolvimento nacional – assim como as questões que ele levanta. Por muito tempo, a tradição econômica latino-americana de “substituição de importações” levou à implementação de políticas destinadas a superar a dependência dos

---

<sup>1</sup> MEIRELLES, João. *A revolução das abelhas sem ferrão* : <https://bit.ly/2Wdyymh>

países do subcontinente em relação às economias centrais. Essas políticas pressupunham uma ideia de desenvolvimento (essencialmente industrial) atrelada a um papel do Estado (fortemente nacionalista e centralizador) neste processo. Em *Glob(AL): biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*,<sup>2</sup> Antonio Negri e Giuseppe Cocco distinguem três momentos da formação latinoamericana de Estados cujas bases patriarcais e escravistas é impossível ignorar.

Em um primeiro momento, o Estado assume uma forma oligárquica pelo entrelaçamento de duas linhas: a da imposição de relações sociais patriarcais-coloniais e a da busca de uma autonomia com relação ao sistema produtivo colonial baseado na escravidão e integrado à economia mundial. Ambas são impregnadas de racismo. Em um segundo momento, apesar da persistência da forma oligárquica de Estado, ocorrem transformações sob pressão seja das lutas contra a escravidão e pela liberdade assim como dos fluxos de imigração. Essas pressões levam figuras como Perón na Argentina, Vargas no Brasil ou mesmo Obregón no México a usar as cartas do corporativismo, isto é, a construir uma identidade nacional fortemente baseada no trabalho atrelado ao desenvolvimento industrial. Por fim, em uma terceira etapa, os governos militares aprofundam tanto a presença do Estado como agente econômico quanto o nacionalismo graças à aliança entre empresas públicas, multinacionais e capital nacional, todos dando origem a um Estado desenvolvimentista nacional.

A redemocratização ocorreu, mas a imposição de projetos de cunho nacional-desenvolvimentistas continuou sob governos progressistas da América Latina. O nacional-desenvolvimentismo de fato requer um Estado que, por sua vez, requer uma Nação. Em muitos países cujas populações resultam do encontro violento entre populações indígenas nativas, milhões de pessoas de países africanos sujeitos à escravidão e populações européias – colonizadores primeiro e, mais tarde, trabalhadores migrantes, a falta de uma verdadeira “identidade nacional” era e continuou sendo vista como um problema. No Brasil, por exemplo, dois autores com posições ideológicas distintas, como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, convergiram ao considerar que seria preciso construir um (único) "povo brasileiro".

---

<sup>2</sup> COCCO, Giuseppe ; NEGRI, Antonio. *Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

A falta de uma identidade comum é freqüentemente vista como um obstáculo para o Estado-Nação e a "solução" consiste então a fazer da mestiçagem um conjunto homogêneo e cinza quando, ao contrário, essa diversidade poderia ser utilizada para um redesign dos países da América Latina e do próprio continente. Com efeito, na Bolívia e no Equador, a partir de outros pensamentos e práticas, os governos de Evo Morales e Rafael Correa, impulsionados por múltiplos movimentos sociais, puderam traçar pela primeira vez, e não sem dificuldades, constituições plurinacionais levando em conta os direitos das diferentes nações. Dito isso, enquanto essas formas plurinacionais ainda estão sendo experimentadas, as formas oligárquicas, corporativas e de desenvolvimento nacional seguem sendo moduladas por intermináveis hibridizações neo-escravistas. O único modo de sair desses impasses é mudar a perspectiva e adotar o ponto de vista da multiplicidade: o ponto de vista amazônico.

No Brasil, a “Amazônia legal” constituída para fins de governança se esparrama por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Mas, na realidade, a floresta amazônica não pertence apenas ao Brasil: ela é compartilhada com Peru, Colômbia, Venezuela, França (Guiana), Suriname, Guiana, Bolívia e Equador. Nesse sentido, adotar um “ponto de vista amazônico” significa considerar uma “zona” composta por uma multiplicidade de nações e cujas “formas” – dos tratados políticos às trocas econômicas, entre outras – precisam ser redesenhadas.

### **Amazônia, uma biozona a defender e a estender...**

Esta “zona” é uma “biozona” imediatamente política no sentido que requer o cuidado do terrestre e dos territórios e tudo isso com todos os seres-terra. Isso não exclui a economia, pelo contrário, isso nos leva a reconsiderar a economia em seu sentido etimológico, como *oikonomia*: uma gestão cuidadosa do "lar". Em *How to thrive in the next economy – Designing tomorrow's world today*, John Thackara se lança nessa pista. Apesar do título, o livro não pretende ensinar como ter sucesso e sim indicar algumas ações de "preparação do terreno". Em um sentido literal, trata-se de curar o solo mas, em um sentido mais amplo, trata-se de descartar ideias enganosas como a de que a agricultura

de alta tecnologia alimenta o mundo. Ao contrário, o autor considera que a agricultura industrial extrai dos solos nutrientes que não são repostos.

Thackara afirma portanto que é preciso “desenvolver modelos agrícolas baseados em pequenas propriedades ricas em diversidade e imitadoras das estruturas naturais das plantas em muitos níveis desses ambientes”,<sup>3</sup> porque é aqui que a maior parte dos alimentos do mundo será produzida. Isso não significa necessariamente reduzir a escala das propriedades agrícolas mas implica certamente não reduzir a complexidade do mundo vivo. Se por muito tempo o desejo de aumentar a produção de alimentos evitou a complexidade, agora é absolutamente necessário adotá-la. Pensar como a floresta e, em particular, como a floresta amazônica desafia todas as escalas: trata-se de promover, no seio da imensidão, a atenção ao mais ínfimo.

Preparemo-nos para entrar na floresta amazônica pelo estado do Pará, no norte do Brasil. Entre a ilha do Marajó e a região metropolitana de Belém, o projeto Abelhas Sem Ferrão<sup>4</sup>, do Instituto Peabiru<sup>5</sup>, visa produzir e comercializar mel de abelhas sem ferrão ou meliponas e, de forma mais ampla, fortalecer as “cadeias de valor amazônicas” tais como a mandioca entre outros produtos locais. O objetivo imediato é, portanto, gerar renda para os meliponicultores<sup>6</sup> e agricultores familiares das comunidades locais. Isso envolve assistência técnica e educação ambiental, além de proteção social às famílias, principalmente mulheres e crianças. De forma mais ampla, o projeto visa conservar e até mesmo restaurar a floresta.

De fato, segundo João Meirelles, “35% a 90% das árvores dependem das abelhas como polinizadores primários. Uma floresta conservada possui dezenas de espécies; em pastagens degradadas é difícil encontrar mais de duas.”<sup>7</sup> Ele lembra que em 2015, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Paris, o Brasil se

---

<sup>3</sup> THACKARA, John. *How to thrive in the next economy: designing tomorrow's world today*, London, Thames and Hudson, 2017, p. 25-26.

<sup>4</sup> <https://peabiru.org.br/abelhassemferrao/>

<sup>5</sup> O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) brasileira, fundada em 1998, que tem por missão facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade. Com sede em Belém, atua nacionalmente, especialmente no bioma Amazônia, com ênfase no Marajó, Nordeste Paraense e na Região Metropolitana de Belém (PA). <https://peabiru.org.br/frentes-de-atuacao/>

<sup>6</sup> De “meliponas”, tipo de abelha sem ferrão: <https://peabiru.org.br/2020/04/29/peabiru-publica-dossie-inedito-sobre-abelhas-sem-ferrao-da-amazonia/>

<sup>7</sup> MEIRELLES, João. *op.cit.*

comprometeu a restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030 para reduzir suas emissões em 43%, mas que “esse objetivo espetacular só será alcançado se o manejo das meliponas for garantido”. No entanto, no governo Bolsonaro, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, vem atuando ao longo da pandemia de Covid-19 no sentido de desregulamentar as instituições protetoras da floresta amazônica e dificultar o alcance desse objetivo. Num momento em que o desmatamento bate todos os recordes, entre outras medidas urgentes, a manutenção da atividade polinizadora das abelhas é vital.

Além da restauração florestal, a atividade polinizadora das abelhas é fundamental para a própria biodiversidade, ou melhor, para a diversificação da biodiversidade, porque ela mesma está sempre em devir. Segundo Meirelles, as meliponas são generalistas em seu comportamento de buscar néctar e pólen, eles os coletam em várias plantas. Seu mel, portanto, contém a essência de uma inteira floresta viva. E é por causa desse caráter generalista que as abelhas sem ferrão estão entre os principais polinizadores de muitos frutos amazônicos tais como açaí, cupuaçu, cacau e pimenta, entre outros. Estudos estão avaliando os efeitos dessa atividade polinizadora em termos quantitativos e qualitativos como o aumento de 30% a 50% na produtividade e o maior tamanho, durabilidade e sabor dos frutos, o que permitiria a eliminação do uso dos agrotóxicos, uma das práticas mais nocivas da agricultura extrativista praticada na região de modo intensivo e extensivo.

Também é importante destacar que essa biodiversidade é antes de tudo uma socio-diversidade, na medida que diz respeito aos indígenas, aos quilombolas e às populações ribeirinhas e também às sociedades ou “associações” entre humanos e não humanos, como no caso das meliponas. A ausência de ferrão permite desenvolver um verdadeiro afeto entre essas abelhas e as famílias que cuidam delas. Meirelles coloca então um desafio: encontrar mecanismos para remunerar os serviços ambientais das abelhas sem ferrão para produzir uma verdadeira revolução rural. Ora, se a produção de mel assim como de outros produtos da região é mensurável, na Amazônia onde tudo é desmedida, onde tudo é mel e cinzas, onde tudo é mais do que cru e mais do que cozido como observou Claude Lévi-Strauss, a produção oriunda da polinização permanece incomensurável.

### **Abelhas, da floresta à cidade e às redes**

Fiquemos com o desafio: remunerar a polinização do serviço ambiental prestado pelas abelhas sem ferrão e por suas companheiras dessa biozona amazônica, elas também privadas de ferrão. Aqui somos confrontados com a complexidade da floresta e do vivo e, conseqüentemente, com a dificuldade de apreender a polinização dentro das cadeias produtivas tradicionais. Em *L'abeille et l'économiste*,<sup>8</sup> Yann Moulier Boutang apresenta alguns dos desafios enfrentados pela transição de uma economia de produção e troca para uma economia de polinização e contribuição. Ele usa a metáfora da polinização para designar um processo econômico cuja generalização está em curso, e que ele chamará de "economia contributiva da produção do conhecimento e do vivo em geral".<sup>9</sup>

O que fazem as abelhas? De flor em flor, de fruta em fruta, eles carregam pólen e, nesse processo, criam redes entre si e com outras espécies. Complexa, a polinização não é individual, ela é agenciamento. E, além disso, é imaterial. “Na compreensão humana do complexo, encontramos o papel do polinizador. Mas, no lugar do pólen, vamos encontrar todos os intangíveis, confiança, cooperação voluntária, a mobilização dos afetos que determina a capacidade do cérebro e, acima de tudo, a rede, a cooperação em rede que assume a forma de contribuição”.<sup>10</sup> Pensar em produção em termos de polinização é importante se quisermos imaginar uma atividade econômica capaz de substituir uma agricultura industrial, extrativista e predatória, que extrai de todos os “terrenos” amazônicos – humanidades e “humusidades” combinadas – frutas, produtos e lucros não redistribuídos. Uma economia de polinização implica uma produção mesclada com a reprodução, ou melhor, uma economia viva que não se baseia mais nessa separação.

Acompanhemos então as abelhas para traçar essas redes produtivas, da floresta à cidade. A recente pandemia nos mostrou a importância de uma relação renovada entre natureza e cultura e, mais especificamente, entre floresta e cidade. E onde "pensar como a floresta" significa sair dessas dicotomias. Thackara nos oferece uma abordagem original que ele chama de "biorregional". Ela é concebido como um movimento global centrado nas cidades mas que reconhece a importância dos sistemas vivos sem preconizar um retorno à natureza primitiva ou um 'antes' intacto: “As biorregiões não são uma forma de parque animal; abraçam a própria paisagem urbana como uma ecologia, com potencial para nos sustentar”.

---

<sup>8</sup> MOULIER-BOUTANG, Yann. *L'abeille et l'économiste*, Paris, Carnets Nord, 2010.

<sup>9</sup> MOULIER BOUTANG, Yann. *Op.cit*, p. 128.

<sup>10</sup> MOULIER BOUTANG, Yann. *Op.cit*, p. 127.

A Biorregião não é, portanto, um "novo natural". Trata-se de um biótipo político onde o desejo de reorganizar a governança das cidades de acordo com a coerência ecológica desempenha um papel importante. Thackara apresenta, nesse sentido, uma série de iniciativas formais na Europa e nos Estados Unidos em favor do desenvolvimento sustentável das cidades, mas afirma principalmente seu interesse nas chamadas práticas urbanas "informais" ou francamente "selvagens". Entre elas, o reaproveitamento de acostamentos rodoviários, estacionamentos e ruas para a realização de hortas e jardins. Esses arquipélagos verdes são freqüentemente interconectados e formam patchworks floresta-cidade.

Thackara cita dois exemplos: nos Estados Unidos, mais precisamente em Seattle, a artista e designer Sarah Bergmann conectou dois espaços verdes em extremos opostos da cidade por meio de "faixas plantadas" entre a calçada e a rua; no Reino Unido, o governo iniciou um projeto de 'rotas das abelhas' em todo o país. Nestes dois casos de rede floresta-cidade, os insetos polinizadores encontram alimento e habitat. Podemos citar também as muitas iniciativas de agricultura urbana que estão sendo implementadas na América Latina onde as áreas urbanas sempre mantiveram emaranhados singulares com áreas rurais e florestas. Chegando na cidade, esses corredores de polinização podem então se misturar aos fios elétricos, às fibras óticas da Internet e, sobretudo, às redes de polinização cultural e cognitiva, intensificando o zumbido social e produtivo. No entanto, o enfoque biorregional é insuficiente se, em vez de se entrelaçar com as lutas pela defesa de territórios e áreas de convivência, apenas leva em conta a governança.

### **Polinização e enxameamento para uma ZAD amazônica**

Uma ZAD amazônica? Para desenhar essa Zona A Defender, é preciso abrir bem os olhos, mas, acima de tudo, mudar de perspectiva, ver como as criaturas da terra vêm esse bloco continental cujas fronteiras foram traçadas pelas potências coloniais e cujos territórios foram sistematicamente explorados por projetos nacionais. Isso exige um esforço de observação e de imaginação, mas com urgência, porque a Amazônia continua queimando. Esta é uma constante: da colonização à modernização, da busca pela borracha à corrida do ouro entre outros metais e depois, mais recentemente, a expansão da

agricultura industrial. Ela acaba de passar, neste ano de 2020, pelo pior mês de junho em treze anos enquanto as instituições que deveriam controlar esses danos são desconstruídas. A destruição da floresta se deve a uma complexidade de fatores e atores: às diferentes formas de expropriação de terras, ao nacionalismo que gera projetos de desenvolvimento nacional ignorando a terra e os estilos de vida das populações locais, à industrialização da agricultura que afirma a sua modernidade em detrimento de outras formas de agricultura consideradas arcaicas, ao “ecologismo” que pensa em preservar a natureza pura sem pensar na floresta do ponto de vista de quem a habita. E tudo isso sob um governo que continua acendendo e pondo lenha no fogo do autoritarismo.

Nos últimos dias, a União Europeia, investidores internacionais, empresários brasileiros, ONGs daqui e de outros lugares, professores e pesquisadores universitários, movimentos sociais e organizações indígenas decidiram pressionar o Governo brasileiro. Diante disso, o vice-presidente, ele próprio general, tentou agir como bombeiro para salvar os interesses políticos e econômicos nacionais. No entanto, a Amazônia não é nacional nem internacional, mas plurinacional, até mesmo transnacional. Enquanto a União Europeia ameaça não ratificar o acordo comercial com o Mercosul devido às políticas anti-ambientais do governo Bolsonaro, a aceleração do processo de integração europeia em resposta aos danos da Covid-19 aponta para um caminho não colonial para a biozona amazônica entre outras biozonas do mundo. Também entre Minneapolis e Seattle, a insurgência americana em defesa das vidas negras parece abrir outras possibilidades de biozonas continentais. Pensar, produzir e agir como a floresta significa então ir além dos parâmetros dos países latino-americanos, mesmo aqueles organizados em conjunto pelo Mercosul e, diante do desafio da medida no seio do desmedida, ousar polinizar e enxamear. Para os próximos dias, na mesa de negociações, não esqueçamos de convidar as abelhas, sem ou com ferrão, a constituírem de "A" a "Zad", de Sul a Norte, uma América amazônica.

*Agradecimentos a João Meirelles e Fernanda Martins*